vinetur

Deputado francês insta Governo a proteger o orçamento do vinho da UE nas negociações da PAC

Charles de Courson afirmou que uma dotação específica é vital para o investimento a longo prazo, para um cofinanciamento justo e para o apoio para além dos grupos de produtores.

quarta-feira, 23 de setembro de 2026



Um deputado francês pediu ao Governo que defenda uma linha orçamental protegida para o vinho na próxima reforma da Política Agrícola Comum da União Europeia, argumentando que a questão irá moldar o investimento a longo prazo num dos setores agrícolas mais importantes de França.

Numa pergunta escrita publicada a 22 de setembro no Jornal Oficial de França e divulgada pela Assembleia Nacional, Charles de Courson, deputado por Marne, perguntou à ministra da Agricultura, Annie Genevard, que medidas tenciona o Governo tomar nas negociações da PAC após 2027. O deputado apelou a França para que pressione pela continuação de uma dotação nacional obrigatória para o vinho, pela manutenção das atuais taxas de cofinanciamento da UE e por regras de elegibilidade suficientemente amplas para abranger todo o setor vitivinícola, incluindo operadores

que não fazem parte de organizações de produtores.

A pergunta parlamentar não altera por si só a política, mas coloca pressão pública sobre o Governo para que esclareça a sua posição à medida que as conversações prosseguem em Bruxelas. De Courson afirmou que o resultado das negociações continua incerto e que a posição de França poderá ser decisiva para construir apoio entre outros Estados-membros.

O deputado descreveu a indústria vitivinícola francesa como um pilar económico, social e cultural de muitas zonas rurais. Na sua pergunta, apontou para empregos diretos e indiretos, para a manutenção das paisagens vitícolas e para o papel internacional das denominações de origem francesas. Acrescentou ainda que o setor atravessa um período difícil, marcado por um contexto económico pressionado e por disputas comerciais em que os vinhos e as bebidas espirituosas europeias têm sido repetidamente atingidos por tarifas de retaliação sem relação com o setor em si.

No centro da questão está o futuro da dotação do vinho na PAC, um mecanismo que existe há cerca de duas décadas e que atribui aos Estados-membros uma afetação financeira específica para medidas no setor vitivinícola. De Courson afirmou que manter essa estrutura é essencial para garantir previsibilidade e estabilidade em projetos de longo prazo, incluindo a reconversão das vinhas, a adaptação às alterações climáticas, o desenvolvimento do enoturismo e a promoção nos mercados de exportação fora da UE.

Essa arquitetura orçamental é importante para lá da política agrícola porque pode influenciar o financiamento que os produtores conseguem para replantar, modernizar instalações e adaptar as vinhas a um clima mais quente e menos previsível. Para o setor das bebidas, e sobretudo para os produtores de vinho e para partes da cadeia das bebidas espirituosas ligadas a regiões vitícolas, o nível de apoio da UE e a parcela financiada por Bruxelas podem afetar a viabilidade de investimentos que muitas vezes demoram anos a dar retorno.

De Courson também argumentou que mudar de rumo agora seria difícil de justificar porque a UE só recentemente atualizou a legislação sobre o vinho. Assinalou que um pacote legislativo sobre o vinho entrou em vigor em março de 2026 e disse que esse

pacote confirmou e reforçou o quadro atual. Na sua opinião, reabrir tão cedo a questão do apoio específico após a adoção dessas regras criaria inconsistência para os produtores e para as autoridades regionais que planeiam despesas futuras.

Outro ponto-chave da pergunta do deputado é o cofinanciamento. Ao abrigo de muitos programas agrícolas da UE, o financiamento nacional ou privado tem de ser acompanhado por dinheiro europeu. De Courson pediu ao Governo que defenda as atuais taxas de cofinanciamento da UE, afirmando que são um fator determinante para manter a equidade entre as regiões vitivinícolas e para evitar distorções da concorrência no mercado único do bloco. Se essas taxas fossem reduzidas, projetos viáveis em regiões com maior capacidade financeira poderiam tornar-se mais difíceis de financiar em zonas com menos recursos.

O deputado alertou ainda contra um recuo na definição de quem pode receber apoio setorial. A sua pergunta refere que a elegibilidade deve incluir todos os operadores da cadeia do vinho, estejam ou não organizados em grupos formais de produtores. Esse ponto é relevante para pequenas empresas e operadores independentes que podem não enquadrar-se nas estruturas privilegiadas por alguns programas da UE, mas que continuam a depender do apoio ao investimento para a renovação das vinhas, equipamento de transformação, promoção de mercado e adaptação climática.

A pergunta sugere que as negociações entre os governos da UE estão a enviar sinais mistos. Segundo de Courson, vários Estados-membros apoiaram a ideia de uma dotação estanque para o vinho, enquanto outros permanecem opostos. O deputado não identificou esses países no texto da pergunta. A divisão destaca uma tensão mais ampla nas negociações da PAC, em que alguns governos querem maior flexibilidade na afetação dos fundos e outros procuram garantias mais fortes para setores específicos que afirmam enfrentar pressões únicas de mercado e climáticas.

Para França, o debate tem particular peso devido à dimensão e ao alcance da sua indústria vitivinícola. O vinho continua a ser uma das exportações agrícolas mais conhecidas do país, e muitas economias rurais dependem da atividade vitícola, da transformação, do turismo e dos serviços associados. Uma redução do apoio garantido não conduziria necessariamente a uma queda imediata da produção, mas poderia

alterar as decisões de investimento ao longo do tempo, sobretudo em regiões que já enfrentam custos crescentes, padrões meteorológicos em mudança e procura internacional volátil.

A pergunta escrita pede à ministra que explique tanto as medidas que o Governo irá adotar como a estratégia que utilizará para reforçar o apoio de outras capitais da UE. Isso significa que a página da Assembleia enquadra a questão não apenas como um problema orçamental, mas também diplomático, esperando-se que França ajude a construir uma coligação em torno da sua abordagem preferida antes de a PAC pós-2027 ser fechada.

À data da publicação da pergunta, ainda não havia resposta do Governo na página da Assembleia. Nos termos do procedimento parlamentar francês, as perguntas escritas são respondidas mais tarde pelo ministério competente e publicadas oficialmente quando a resposta é emitida. Até lá, o documento oferece um dos sinais públicos mais claros da Assembleia Nacional de que cresce a preocupação sobre se as atuais ferramentas financeiras para o setor vitivinícola sobreviverão à próxima ronda da reforma da política agrícola da UE.